

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARÁ – CORE/PE

CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

Em qual Justiça deverá ser processada esta ação? Valor: 2,00 pontos.

Na Justiça Federal, por interpretação da Súmula 66, STJ, “Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional”.

Qual é a sua finalidade? Valor: 2,00 pontos.

Obter uma “tutela jurisdicional que implique o desfazimento do ato administrativo de lançamento por conta de nulidade nele verificada”.

Pode, concomitante à ação anulatória proposta, o Conselho propor execução fiscal dos débitos objeto daquela? Valor: 2,00 pontos.

Pode, desde que não haja causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, elencados no CTN, Lei nº 5.172/1966, Art. 151, no caso concreto, como depósito do montante ou tutela provisória solicitada pelo autor, caso em que a execução será extinta. O mero ajuizamento da ação anulatória não é impeditivo para a propositura da ação executiva fiscal acerca do mesmo crédito tributário que se questiona.

O autor é obrigado a realizar depósito judicial referente ao valor que se deseja anular para que possa ser processada a ação anulatória? Valor: 2,00 pontos.

Nos termos da Súmula Vinculante 28, do STF: “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário”. Sendo assim, o autor não poderá ser obrigado a depositar o valor que deseja contestar.

Qual o principal motivo e fundamento jurídico para fazer um depósito judicial em uma ação anulatória? Valor: 2,00 pontos.

Tendo-se em vista que o depósito do montante integral de crédito tributário para reclamação administrativa ou judicial é modalidade suspensiva de sua exigibilidade, poderá, o autor de uma ação anulatória, optar por fazê-lo. CTN, Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966, Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: ... II – o depósito do seu montante integral.

CTN, L. 5.172/66, Art. 151, II

Em havendo depósito judicial, em caso de trânsito em julgado de provimento favorável ao Conselho, estará presente qual modalidade de extinção do crédito tributário? Qual o seu fundamento jurídico? Valor: 2,00 pontos.

Conversão de depósito em renda da entidade pública promovida. CTN, Código Tributário Nacional, Art. 156. Extinguem o crédito tributário: ... VI – a conversão de depósito em renda.

Conversão de depósito em renda da entidade pública promovida.

CTN, Código Tributário Nacional, Art. 156,

Qual a peça de resposta à ação que deverá ser realizada pelo Conselho? Valor: 2,00 pontos

O recurso cabível será a Contestação.

Qual prazo para aviamento da resposta à Ação anulatória, pelo Conselho? Valor: 2,00 pontos

O prazo será de 30 dias.

Qual recurso poderá ser proposto a partir da decisão? Valor: 2,00 pontos

O recurso cabível será a Apelação.

Fonte: Hugo de Brito M. **Processo Tributário.** Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774357. Disponível em: <https://integra da.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774357/>. Acesso em: 23/10/2023.